

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, TRANSPARÊNCIA E O DESINTERESSE DA
POPULAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI**

CREUZA GOMES BATISTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

RAFAEL VARGAS LARA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, TRANSPARÊNCIA E O DESINTERESSE DA POPULAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI

1. INTRODUÇÃO

No Brasil contemporâneo, há um consenso entre diversos setores da sociedade, incluindo estudantes, acadêmicos e pesquisadores, sobre as significativas inovações no desenho institucional da democracia brasileira promovidas pela Constituição Federal de 1988. Essas mudanças introduziram ampliação dos direitos individuais, fortalecimento da participação popular, descentralização do poder e consolidação do Estado Democrático de Direito, incentivando uma cultura política mais participativa e inclusiva. A Constituição de 1988 estabeleceu bases sólidas para um sistema político transparente, responsável e representativo, buscando garantir a efetiva participação dos cidadãos nas decisões políticas que impactam suas vidas, contribuindo assim para a consolidação da democracia no país.

Nos estudos e pesquisas atuais sobre a democracia no Brasil, há uma ênfase na análise da engenharia institucional como um fator determinante para a estabilidade e fortalecimento das instituições participativas. Destacam-se o estudo dos orçamentos participativos e dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas como mecanismos importantes nesse contexto. Além disso, outras abordagens explicativas, como a análise da cultura política e do capital social, têm sido consideradas como elementos alternativos para lidar com os desafios dos déficits democráticos ainda presentes no país, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas. Essas perspectivas buscam compreender e superar as limitações e fragilidades do sistema democrático brasileiro, visando promover uma participação mais efetiva e inclusiva dos cidadãos na vida política e na tomada de decisões que impactam a sociedade como um todo.

Diante ao exposto, esta pesquisa visou responder a seguinte problemática: As soluções planejadas/executadas pela gestão do município estão atendendo o que as pessoas querem e precisam para as suas vidas? Apresentando como objetivo Geral: Averiguar o envolvimento dos cidadãos da municipalidade de Candéias no Jamari na composição do orçamento público. Para isso, traz três objetivos específicos, a saber: (1) Levantar o cenário da política do orçamento participativo no município de Candéias do Jamari; (2) Analisar a condição social, econômica e o capital social do município de Candéias do Jamari; e, (3) Propor soluções para o envolvimento dos cidadãos na composição do orçamento público do município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Capital Social (CS)

Avaliando o sucesso de um Orçamento Participativo é necessária a análise de diversos pontos, como a participação dos indivíduos e as consequências sobre o seu desempenho. Para tal efeito recorre-se ao conceito de Capital Social, que segundo Putnam (2002) retrata as propriedades da organização social, confiança, normas e sistemas, que auxiliam no efeito social promovendo as ações coordenadas. Sendo uma característica do meio social em que o indivíduo se encontra.

Considerando o Capital Social como um legado histórico, sendo definido através de sua utilização, pois quanto mais usufruído maior será o retorno a comunidade cívica, que tem sua existência definida por Putnam (2002) através de: associações, informações, participação política e voto preferencial, constituído de laços que são fortalecidos através da confiança, que para o autor é o embasamento para o trabalho em conjunto e a geração de um ambiente alinhado.

Porém, vale ressaltar que a confiança social pode brotar de duas fontes pertinentes: as normas de reciprocidade e os preceitos da participação cívica. A criação de um Capital Social não é uma empreitada simples, porém é necessária para o bom funcionamento da democracia (PUTNAM, 2002).

A participação populacional nos projetos e na administração das políticas públicas aproxima o público até então considerado excluídos a exigirem seus direitos. Discutindo questões que é necessária para que a população impetre atos que possam se beneficiar (PASE, 2008).

Assim realçando a tese sobre a participação popular, surge a concepção e conexão de Capital Social ao Orçamento Participativo.

2.2 Orçamento Participativo

Ao iniciar o conceito de Orçamento Participativo, representado especificamente pela participação social vale ressaltar o entendimento sobre contrato social que demonstra o embasamento da população no poder de decisões, representado em Rousseau (1977), onde estabeleceu as bases gerais do pensamento liberal do século XVIII, mostrando que o Estado é evidenciado como um objeto de evolução social do homem. Onde o alicerce do Estado é a vontade humana governada pelo intelecto; e a opinião pública, por representarem objetivo geral, sendo emitida pelo legislador.

No Brasil, que por meio dos termos da Constituição Federal de 1988, legitimou a Democracia Semidireta e Participativa, considerou que o Orçamento Público tem como seu processo de composição não somente as cautelas e legalidades, como também a participação popular em todas as suas etapas.

Através de uma ampliação e contribuição para a percepção de Orçamento Participativo levantou o conceito formulado por (AVRITZER, p. 03-04, 2003):

“O Orçamento Participativo é uma forma de rebalancear a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa baseada em quatro elementos: a primeira característica do Orçamento Participativo é a cessão da soberania por aqueles que a detêm como resultado de um processo representativo local. [...]; em segundo lugar o Orçamento Participativo implica a reintrodução de elementos de participação local, tais como assembleias regionais, e de Elementos de delegação, tais como os conselhos [...]; em terceiro lugar, a participação envolve um conjunto de regras que são definidas pelos próprios participantes, vinculando o Orçamento Participativo a uma tradição de reconstituição de uma gramática social participativa na qual as regras da deliberação são determinadas pelos próprios participantes; em quarto lugar, o OP se caracteriza por uma tentativa de reversão das prioridades de distribuição de recursos públicos a nível local através de uma fórmula técnica.”

Através desta vertente, pode-se concluir que o Orçamento Participativo se torna uma experiência de cogestão possibilitando uma troca de ações, onde o executivo e a sociedade civil passam a compartilhar as conquistas e possíveis perdas através das escolhas efetuadas em conjunto.

Buscando entendimento sobre estruturação de participação Avritzer (2003) contrapõe suas diversidades através de três desenhos institucionais, a explanação sobre o Orçamento Participativo e os Conselhos Gestor. Por meio de suas ideias, promove a definição de instituições participativas, diferente de uma bibliografia de caráter tradicionalista que vai contra participação e institucionalização, meio insuficiente para o entendimento propício do fenômeno da participação, conforme vem se desenvolvendo, tanto no Brasil, mas também em outros países. A primeira forma de participação é considerada desenho participativo de baixo para cima, onde o Orçamento Participativo é a mais conhecida. A eleição dos delegados e dos conselheiros pela população mostra que se cria uma legitimidade de “baixo para cima”, no

entanto não seja contraposto a iniciativa do Estado de implementar as políticas públicas definidas a partir desse processo. A forma subsequente se denota através da partilha do poder, caso dos conselhos, das instituições, onde atores estatais e atores da sociedade civil participam juntos. Ao contrário do primeiro caso, nos conselhos não existe uma grande quantidade de participantes, sendo determinados por lei e podendo incorrer sanções em caso de sua não instauração. A terceira forma consiste em um processo de ratificação pública, de forma que a sociedade não participa do processo decisório, mas é chamada a testemunhá-lo publicamente, caso do Plano Diretor Municipal. O sucesso dos processos participativos não se encontra relacionado necessariamente ao desenho institucional, pelo modo como se insere com a organização da sociedade civil e a vontade política dos governantes de implementar quadros participativos.

Considerando-se que o município é o ente federativo com maior proximidade dos habitantes ao qual esses invocam para abastecer as principais questões sociais. Pondera-se que isso amplia o interesse da sociedade por informações sobre a gestão dos recursos públicos sob domínio dos gestores municipais. Nestes termos, ocorre informação através de publicações nos portais de transparência.

2.3 Transparência

A expressão transparência assomou-se em meados da década de 80 em diversas normas e através do Art 5º da Constituição Federal em seus incisos XIV e XXXIII, que assegura a todos o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao serviço profissional. E quando nos órgãos públicos dá a todos o direito de receber informações particulares, ou de interesse coletivo, prestados no prazo da Lei, sob pena de responsabilidade, salvo aquelas que o sigilo seja imprescindível à proteção da sociedade e do Estado.

A informação é uma ferramenta de grande contribuição para uma doutrina democrática e participativa tornado imprescindível para o exercício da cidadania, facilitando a participação, supervisão e fiscalização no que tange à aplicação de recursos públicos. A publicação de elementos em torno da gestão pública por intermédios de portais eletrônicos é uma questão de grande importância social e tornou-se destaque no Brasil a partir da publicação da Lei Complementar nº101/2000, onde pressupõe a responsabilidade na gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes, em que indica os riscos e retificam desvios que porventura alterem a estabilidade das contas públicas, cumprindo metas de seguimentos de receitas e despesas obedecendo a seus limites e condições.

Para que a sociedade tenha participação efetiva nas tomadas de decisões, é necessário que a mesma tenha acesso aos dados publicados pela administração pública, sendo indispensável que as publicações apresentem uma linguagem simples, clara e objetiva.

2.4 Aspectos Histórico, Político e Geográfico do Município Candeias do Jamary.

Criado com o nome de Candeias do Jamari através da Lei nº 363, de 13 de fevereiro de 1992, através de uma área desmembrada do Município de Porto Velho. O surgimento do Município se deu com a povoação no cruzamento da BR-29 (hoje BR-364) com o Rio Candeias, afluentes do Rio Jamari e, ficou conhecido como Vila Candeias em homenagem ao rio que banha a cidade. Sua expansão ao final da década de 70 ocasionou-se por meio da agricultura, do comércio e do turismo.

O município faz divisa, ao norte e a oeste, com o município de Porto Velho, capital de Rondônia; a leste, com Itapuã do Oeste; e ao sul, com o município de Alto Paraíso, sua hidrografia é formada pelas bacias dos rios: Preto, de Candeias e Jamari. Conforme dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Candeias do Jamari tem uma área territorial de 6.843,89 quilômetros quadrados, sendo que parte dela foi alagada pela represa da usina

hidrelétrica de Samuel, o CNM aponta que atualmente a sua população é de aproximadamente 24.719 habitantes, uma média de densidade demográfica de 3,36 hab/km². Possuindo um distrito chamado Triunfo localizado a 120 km da sede do município, com cerca de 6 mil habitantes e a Vila Nova Samuel, no km 45.

Com a economia concentrada, basicamente, no setor primário por meio do extrativismo vegetal, agricultura de subsistência, produção de leite, pecuária e hortaliças. Apresenta 1.700 quilômetros de estradas vicinais empregadas para o escoamento da produção rural. Candeias do Jamari também é considerado um dos principais pólos turísticos de Rondônia por causa de sua bacia hidrografia.

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com 96 indivíduos de diversos grupos do município de Candeias do Jamari, em Rondônia, considerando apenas residentes com pelo menos um ano de moradia na região. O estudo adotou uma abordagem quantitativa, caracterizada pela testagem de hipóteses e comparação de construtos específicos entre grupos de análise, seguindo a lógica do método hipotético-dedutivo. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) do Banco Mundial, adaptado para a pesquisa, com o intuito de fornecer um conjunto de questões essenciais do tipo *survey* para a geração de dados quantitativos sobre diversas dimensões do capital social.

Após a coleta dos dados por meio de questionários online em plataformas digitais, redes sociais e grupos do município de Candeias do Jamari, Rondônia, foram analisadas as respostas para direcionar o índice de capital social da região. Dos 96 questionários retornados, esse total foi considerado para a amostra. No entanto, a pesquisa enfrentou desafios, como a necessidade de insistência para que as pessoas respondessem, exigindo várias solicitações para obter os questionários preenchidos. Além disso, os municípes apontaram como dificuldade a extensão do questionário, destacando a quantidade de perguntas como um obstáculo para a participação na pesquisa.

Os dados primários utilizados na pesquisa foram obtidos por meio da aplicação de questionários com residentes do município de Candeias do Jamari que vivem na região há pelo menos um ano. O instrumento de coleta de dados foi um questionário adaptado do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS). Esse questionário foi reformulado e reduzido para incluir apenas questões relacionadas aos parâmetros de Grupos e Redes, Confiança e Solidariedade, Ação Coletiva e Cooperação, Informação e Comunicação, Coesão e Inclusão Social, Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação Política. Essa redução resultou no Índice de Capital Social Empresarial, utilizado como indicador na pesquisa.

Após a reformulação do questionário, foi iniciada a sua aplicação, seguida pelo processo de tabulação dos dados. Durante todo o processo, foi realizada uma revisão para garantir que as respostas dos entrevistados estivessem preenchidas corretamente e que o processamento desses dados oferecesse níveis ideais de confiabilidade para os resultados da pesquisa. Esse cuidado com a revisão e validação dos dados é fundamental para assegurar a qualidade e a precisão das conclusões obtidas a partir da análise dos dados coletados.

4. O ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS DA MUNICIPALIDADE DE CANDEIAS NO JAMARI NA COMPOSIÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO.

Para viabilizar os resultados, responder à problemática e alcançar os objetivos da pesquisa, foi aplicado um questionário com o intuito de contextualizar a análise e discussão dos dados obtidos. A utilização do questionário permitiu coletar informações relevantes que foram essenciais para a análise e interpretação dos resultados, contribuindo para a conclusão do estudo e para a resposta à questão de pesquisa proposta.

4.1 Levantar o cenário da política do orçamento participativo no município de Candeias do Jamari.

A pesquisa revelou que a maioria dos entrevistados do estudo sobre questões sociais no município era do sexo masculino, solteiros, com ensino médio completo ou superior incompleto/completo, demonstrando um interesse significativo por questões sociais. A maioria não possuía filhos, ganhava até dois salários mínimos, e residia no município há mais de 10 anos, indicando um forte envolvimento e interesse nas questões municipais por parte de residentes com maior tempo de moradia. Esses resultados ressaltam a importância de considerar o perfil dos moradores ao abordar questões sociais locais.

4.2 Analisar a condição social, econômica e o capital social do município de Candeias do Jamari

4.2.1 Grupos e Redes

A análise de avaliação do envolvimento social dos entrevistados revelou que a participação em grupos sociais varia significativamente. Dos entrevistados, 25% estão inseridos em 3 grupos, 25% não participam de nenhum grupo, 19% participam de apenas 1 grupo, 19% participam de 2 grupos e os restantes 12% estão envolvidos em 4 ou mais grupos. Esses resultados demonstram uma diversidade de níveis de sociabilidade e engajamento dos indivíduos nos grupos, organizações, redes e associações locais, refletindo diferentes graus de participação e interação social na comunidade.

Com o objetivo de aprimorar a compreensão sobre os grupos sociais dos entrevistados, foi questionado qual grupo era considerado mais relevante. Os resultados, indicam que 33% consideram outros tipos de grupos importantes (como comunidade, cooperativa, político), 25% destacam o grupo do seio familiar, 17% mencionam os grupos de amigos, 17% valorizam a igreja e os restantes 8% não consideram nenhum grupo como importante. Esses dados evidenciam a diversidade de percepções sobre a importância dos diferentes tipos de grupos sociais na vida dos entrevistados.

Acerca dos resultados obtidos, buscou a avaliação quanto ao grau de participação de grupos e interesses grupais, pois segundo Neto (2009) as análises de conexões relacionadas entre grupos de elite política e grupos de interesse (como os grupos religiosos, familiares, comunidades) influenciam os resultados decisórios dos líderes escolhidos. Portanto, vai de encontro a Matos (2009) que avalia que a cultura de pertencer a um grupo social abona e marginaliza os outros, onde a prioridades dos grupos ocorre de maneira isolada, sendo tal efeito um constrangimento em relação a prática de orçamento participativo.

4.2.2 Confiança

Com o intuito de identificar os níveis de confiança, foram realizadas questões diretas sobre a confiabilidade nos moradores do município e nos agentes públicos. Os resultados

revelaram que 94% dos entrevistados afirmam que nunca é demais ter cuidado com os moradores da cidade. Em relação à confiança nos membros do governo local e estadual, os dados mostram que 43,8% não confiam nos membros do governo estadual, 43,8% têm pouca confiança e 12,4% não têm nem pouca nem muita confiança. Quanto aos membros do governo local, 62,5% não confiam, 31,3% têm pouca confiança e 6,3% não têm nem muita nem pouca confiança. Esses resultados destacam a variação nos níveis de confiança dos entrevistados em relação aos agentes públicos em diferentes esferas de Governo.

A confiança e a reciprocidade são elementos essenciais para a sustentação do Capital Social, pois harmonizam as condições de convivência e o cumprimento de normas e regras de comportamento. No entanto, de acordo com Bordart (2015), é importante ressaltar que se a prática da Orçamentação Participativa (OP) não atender às demandas da população nas assembleias, isso pode resultar em conflitos políticos. Esses conflitos podem colocar em risco a confiança da população no poder público, levando a um descontentamento da sociedade em relação aos membros do governo, especialmente ao prefeito em exercício. Essa situação evidencia a importância da efetiva participação e resposta às necessidades da comunidade para manter a confiança e a harmonia nas relações entre governo e sociedade.

4.2.3 Ação Coletiva e Cooperação

Por meio de bens de direitos comuns, as ações coletivas são estrategicamente utilizadas para a defesa de direitos coletivos. Nesse contexto, durante o julgamento e a execução de ações coletivas no município de Candeias do Jamari, surgiu um questionamento sobre a participação em atividades comunitárias, nas quais as pessoas se reuniram para realizar trabalhos em benefício do município nos últimos 12 meses, 81% dos participantes declararam ter participado de alguma ação comunitária em prol do município. Esse alto índice de participação demonstra o engajamento e a colaboração da comunidade em iniciativas que visam o bem-estar e o desenvolvimento local.

Com o intuito de avaliar o grau de cooperação e a disposição dos moradores diante de uma dificuldade, foi realizado um questionamento sobre um problema de abastecimento de água no município. Os resultados indicam que: 25% acreditam ser muito improvável que haja cooperação nessa situação; Outros 25% consideram relativamente provável que ocorra cooperação; 19% acham que é relativamente provável; 19% acreditam que não é provável nem improvável; e, 12% acreditam que é muito provável que haja cooperação.

A diversidade de respostas reflete as diferentes percepções e expectativas dos moradores em relação à cooperação em face de desafios como o problema de abastecimento de água. Essa variedade de atitudes e disposições da comunidade diante de situações adversas destaca a importância de compreender a complexidade das interações sociais e das respostas individuais diante de problemas comuns. A análise dessas percepções pode fornecer insights valiosos para o desenvolvimento de estratégias e ações que promovam a colaboração e a solidariedade em momentos de dificuldade, fortalecendo o senso de comunidade e a capacidade de enfrentar desafios coletivamente.

Portanto, a capacidade de superar os desafios da ação coletiva está intrinsecamente relacionada aos vínculos de confiança estabelecidos na comunidade, os quais moldam um determinado capital social e promovem a contribuição coletiva. Quanto maior for a confiança na sociedade, maior será a probabilidade de cooperação. Conforme destacado por Putnam (2002, p.177), as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, desempenham um papel fundamental no aumento da eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas e promovendo o engajamento coletivo. Essa confiança mútua e os laços sociais fortalecidos são essenciais para o desenvolvimento de uma comunidade coesa e resiliente, capaz de enfrentar desafios e promover o bem-estar comum.

4.2.4 Informação e Comunicação

A transparência e a disponibilidade de informações desempenham um papel crucial na abordagem de impasses e na formulação de sugestões políticas, no processo decisório e na implementação de medidas no âmbito das políticas públicas. Esses elementos são fundamentais para garantir um controle social eficaz das ações públicas e dos resultados obtidos. Quando as informações são transparentes e acessíveis, os cidadãos têm a capacidade de compreender as decisões tomadas, participar ativamente do processo político e monitorar a efetividade das políticas públicas. A transparência e a prestação de contas promovem a responsabilidade dos gestores públicos, fortalecem a confiança da sociedade nas instituições e contribuem para uma governança mais democrática e eficiente.

Diante da importância da comunicação e dos processos de informação no contexto municipal, foi questionado o quantitativo de vezes que os entrevistados fizeram ou receberam algum tipo de informação. Os resultados indicam que: 44% afirmaram que fazem ou recebem informações muitas vezes; 19% responderam que nem muito nem poucas vezes; 19% indicaram que fazem ou recebem informações poucas vezes; 12% mencionaram que fazem ou recebem informações muitíssimas vezes; 6% relataram que não fazem ou recebem informações nenhuma vez.

Esses dados demonstram a diversidade de experiências dos entrevistados em relação à frequência e ao acesso à informação no âmbito municipal, ressaltando a importância de avaliar e promover estratégias eficazes de comunicação e transparência para garantir a participação e o engajamento dos cidadãos nos processos decisórios e na gestão pública.

Na análise da vertente do processo de informação e comunicação no município, foi observada a frequência de uso das fontes de informação para se manter informado sobre as ações do gestor municipal, destacando que muitas vezes essa avaliação é realizada por meio da internet e das redes sociais. Essa tendência ressalta a necessidade de disponibilizar informações claras e confiáveis para que os cidadãos possam construir uma referência sólida em relação à atuação do poder executivo local. Dessa forma, os cidadãos podem exigir que seus representantes prestem contas de suas ações e demonstrem transparência em suas atividades. A efetivação de demandas por informações precisas e confiáveis é essencial para fortalecer a participação cidadã, promover a accountability e garantir uma gestão pública responsável e transparente.

4.2.5 Coesão e Inclusão Social

Na avaliação das diferenças entre os cidadãos do município, foi questionado o quanto os moradores consideram que as pessoas são diferentes. Os resultados obtidos foram os seguintes: 44% consideram que as pessoas são relativamente diferentes; 25% consideram que são muito diferentes; 19% consideram que são pouco diferentes; e, 12% consideram que são muito pouco diferentes. Esses dados refletem a diversidade de características e experiências presentes na comunidade local, abrangendo diferenças em termos de riqueza, renda, posição social, origem étnica, crenças religiosas e políticas, idade e sexo. Compreender e reconhecer essas diferenças é essencial para promover a inclusão, a equidade e o respeito à diversidade no âmbito municipal, contribuindo para o fortalecimento da coesão social e o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Ao questionar os entrevistados sobre os problemas que as diferenças podem acarretar, foi observado que 69% deles afirmaram que as diferenças geram conflitos. Essa percepção destaca a importância de lidar de forma adequada com a diversidade presente na comunidade, a fim de prevenir e resolver conflitos que possam surgir devido a diferenças de riqueza, renda, posição social, origem étnica, crenças religiosas e políticas, idade, sexo, entre outros fatores. Promover o diálogo, a compreensão mútua, o respeito e a valorização da diversidade são

estratégias essenciais para construir uma sociedade mais inclusiva, harmoniosa e colaborativa. A gestão eficaz da diversidade pode contribuir significativamente para a promoção da coesão social e o fortalecimento do tecido comunitário.

A avaliação da diversidade dos indivíduos em um determinado local destaca a importância da habilidade de criar interesses comuns, mesmo diante de conflitos entre os participantes com diferenças culturais, sociais, de perspectivas e interesses. Conforme Neto (2009), essa habilidade é essencial para promover a compreensão mútua e a cooperação dentro da comunidade, permitindo uma melhor identificação e atendimento das demandas locais e a compreensão das consequências de políticas exclusivas. Ao reconhecer e valorizar as diferenças entre os membros da comunidade, é possível estabelecer um diálogo construtivo, promover a inclusão e a participação de todos os segmentos sociais, e buscar soluções que atendam às necessidades e interesses diversos presentes no local. A gestão eficaz da diversidade contribui para fortalecer a coesão social, a democracia participativa e a governança inclusiva no âmbito local.

4.2.6 Autoridade ou Capacidade (Empowerment) e Ação Política

Ao avaliar o nível de participação dos moradores em relação ao poder de tomar decisões no município, os resultados da pesquisa indicam o seguinte: 31% dos entrevistados se consideram totalmente capazes de mudar o município; 31% não se consideram nem capazes nem incapazes; 19% se consideram geralmente capazes; 13% se consideram totalmente incapazes; e, 6% se consideram geralmente incapazes.

Esses dados refletem a diversidade de percepções e sentimentos dos moradores em relação à sua capacidade de influenciar e participar ativamente na transformação do município. A participação popular na tomada de decisões é fundamental para fortalecer a democracia local, promover a transparência, a accountability e a efetividade das políticas públicas. O engajamento cívico e a organização da sociedade civil são essenciais para garantir uma governança participativa e responsiva às necessidades e demandas da comunidade.

Ao analisar a participação da sociedade nas atividades do município, especificamente em relação à entrega conjunta de petições a membros da gestão pública, os resultados da pesquisa indicam o seguinte: 50% dos participantes afirmam terem entregue petições algumas vezes; 44% afirmam nunca terem entregue petições; e, 6% afirmam terem entregue petições muitas vezes. Esses dados revelam o grau de envolvimento dos moradores na interação com os órgãos da gestão pública por meio da entrega de petições. A participação ativa da sociedade civil nesse tipo de atividade demonstra o interesse e a preocupação dos cidadãos em influenciar as decisões e políticas locais, bem como em buscar soluções para questões que afetam a comunidade. A entrega de petições é uma forma de exercício da cidadania e de manifestação de demandas e reivindicações por parte dos moradores, contribuindo para a construção de uma governança mais participativa e responsiva às necessidades locais.

Conforme destacado por Bordart (2010, p. 315), há circunstâncias em que o interesse comunitário da população em alcançar algum benefício nem sempre se torna uma condição necessária para a contribuição de todos os membros do grupo. O autor ressalta que, em algumas situações, o indivíduo do grupo pode ter a percepção de que o benefício coletivo não será negado a ele, independentemente de sua participação ou não nas atividades em busca desse benefício. Essa dinâmica pode influenciar a motivação e o engajamento dos membros da comunidade em ações coletivas, levando a diferentes níveis de participação e colaboração, mesmo diante de objetivos comuns.

Essa reflexão ressalta a complexidade das dinâmicas de participação comunitária e a importância de compreender os diferentes fatores que influenciam o envolvimento dos indivíduos em iniciativas coletivas. A percepção de garantia do benefício coletivo,

independentemente da contribuição individual, pode impactar a forma como os membros do grupo se engajam e colaboram para alcançar objetivos compartilhados.

4.3 Propor soluções para o envolvimento dos cidadãos na composição do orçamento público do município.

O processo de definição do orçamento do município é fundamental para dar à população a oportunidade de debater, representar e priorizar questões sociais relevantes. O Orçamento Participativo (OP) é um modelo de democracia deliberativa que visa envolver os cidadãos na tomada de decisões sobre a alocação de recursos públicos, permitindo que as necessidades e demandas da comunidade sejam consideradas no planejamento e execução das políticas públicas.

Apesar dos desafios enfrentados, o OP atende às condições teóricas necessárias para promover o desenvolvimento social, pois proporciona um espaço de participação cidadã, transparência e accountability na gestão dos recursos públicos. Através do OP, os cidadãos têm a oportunidade de influenciar diretamente as políticas e programas que impactam suas vidas, fortalecendo a democracia e a governança participativa.

Para que haja um bom processamento na esfera pública, é essencial a participação efetiva tanto do Estado quanto da sociedade civil. O controle social sobre o aparelho político é fundamental para garantir a prestação de contas, a eficiência e a efetividade das ações governamentais. A colaboração entre o Estado e a sociedade na definição e implementação de políticas públicas contribui para a promoção do bem-estar social, a redução das desigualdades e o fortalecimento da democracia participativa.

CONSIDERAÇÕES

O desenvolvimento do trabalho permitiu identificar os gargalos recorrentes na elaboração e realização do orçamento público, evidenciando desafios como a falta de confiança nos gestores locais e a carência de informações sobre as ações em andamento no município. Esses resultados apontam para questões fundamentais que impactam a eficácia e a transparência do processo orçamentário, bem como a participação e o controle social sobre a gestão pública.

A falta de confiança nos gestores locais pode gerar descrença e desinteresse por parte da população em participar ativamente do processo de definição do orçamento, o que pode comprometer a legitimidade e a efetividade das políticas públicas implementadas. Além disso, a ausência de informações claras e acessíveis sobre as atividades e projetos em execução no município dificulta a compreensão dos cidadãos sobre as prioridades e os resultados alcançados, limitando a capacidade de monitoramento e avaliação da gestão pública.

Diante desses desafios, é essencial promover a transparência, a prestação de contas e a comunicação efetiva entre os gestores públicos e a sociedade, visando fortalecer a confiança, a participação cidadã e o controle social sobre o orçamento público. A promoção da transparência e da accountability contribui para a construção de uma governança mais democrática, responsável e eficiente, capaz de atender às necessidades e demandas da comunidade de forma mais eficaz.

A problemática desta pesquisa centrou-se na avaliação de como as soluções planejadas e executadas pela gestão do município estão sendo efetivamente atendidas em conformidade com as necessidades e desejos da população, visando melhorar suas vidas. Foram levantados e analisados questionamentos que forneceram suporte para alcançar os objetivos propostos, sendo o primeiro deles o mapeamento da política de orçamento participativo no município de Candeias do Jamari.

Os resultados demonstraram que o interesse por questões sociais relacionadas ao município prevalece em pessoas com níveis de escolaridade mediano a elevado. Essa

constatação sugere que há uma correlação entre o grau de instrução e o engajamento da população em temas relacionados ao desenvolvimento local e à gestão pública. O envolvimento de indivíduos com maior nível educacional pode indicar uma maior conscientização e participação ativa na definição de prioridades e na avaliação das políticas públicas implementadas.

Essa análise ressalta a importância de considerar o perfil educacional da população ao planejar e executar ações governamentais, especialmente aquelas relacionadas ao orçamento participativo e à promoção da participação cidadã. O conhecimento e a informação são elementos-chave para fortalecer a democracia participativa e garantir que as políticas públicas atendam efetivamente às necessidades e demandas da comunidade.

O segundo objetivo da pesquisa consistiu em analisar a condição social, econômica e o capital social do município de Candeias do Jamari, considerando a importância da cultura de pertencimento a um grupo social e da existência de laços de confiança para a promoção de ações coletivas. Esses elementos são fundamentais para o fortalecimento da participação cidadã e para o engajamento efetivo dos indivíduos na definição e execução do orçamento público municipal.

A análise da condição social e econômica do município permitiu compreender o contexto em que os cidadãos estão inseridos, identificando possíveis desafios e oportunidades para a promoção do desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida da população. Além disso, a avaliação do capital social, que engloba os laços de confiança, a cooperação e a solidariedade entre os membros da comunidade, é essencial para fomentar a participação ativa dos cidadãos nas decisões que impactam suas vidas.

Com base nessa análise, foram propostas soluções para promover o envolvimento dos cidadãos na composição do orçamento público do município. Essas soluções visam fortalecer a cultura de participação, incentivar a formação de redes de colaboração e engajamento cívico, e criar mecanismos que facilitem a interação entre a gestão pública e a sociedade civil. Ao envolver os cidadãos no processo de elaboração e execução do orçamento, é possível garantir que as políticas públicas atendam efetivamente às necessidades e demandas da comunidade, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Referencias

AVRITZER, Leonardo. **O orçamento participativo e a teoria democrática: Um balanço crítico.** A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Editora, 2003. p. 13-60.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1999/2000: no limiar do século XXI.** In: BIRD. Luta contra a pobreza: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Washington : Banco Mundial, 2000. p. 31.

BODART, Cristiano das Neves. **Capital Social e o Orçamento Participativo: Uma revisão crítica de alguns autores.** Londrina: Jul/Dez 2010.

BODART, Cristiano das Neves. **Gestão Pública: transparência, controle e participação social.** Faculdade Novo Milênio. Vila Velha-ES, 2015.

BRASIL. Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 19 de maio de 2024.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. Dispõe sobre: **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#adct>. Acesso em 19 de maio de 2024.

BRASIL, Presidência da República. Dispõe sobre: **Manual da Lei de Acesso à Informação para Estados e Municípios**. 1.ed. – Brasília: CGU, 2013. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/publicacoes/BrasilTransparente/Manual_LAI_EstadosMunicipios.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ NETO, Nilo. **Orçamento Participativo: o processo de implementação em São Luis**. São Luis, 2009.

GROOTAERT, C. et al. **Questionário integrado para medir capital social (QI-MCS) (Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital) (SC-IQ)**. Banco Mundial Grupo Temático sobre Capital Social, 2003. 73p.

MATOS, Heloisa. **Capital social e comunicação: interfaces e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

PASE, Hemerson Luiz. **Contrato Social e (des)igualdade**. Desenvolvimento em questão, vol. 6, n. 12, p. 35-62, jul./dez. 2008. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75211183003>> Acesso em: 05 de junho de 2024.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1977.